

SEMANA DE LUTAS POR MEMÓRIA , VERDADE E JUSTIÇA FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL



20 À 23 DE MAIO 2024
BRASÍLIA

“Quando se vê, já são seis horas! Quando de vê, já é sexta-feira! ... Quando se vê perdemos o amor da nossa vida. Quando se vê passaram 50 anos!”

Mário Quintana

Mãe, irmã, mulher e filha da resistência à ditadura



- 1 Laura Petit**
Desde os anos 1970 tenta localizar os restos mortais de dois de seus três irmãos (Jaime e Lúcio) que atuaram na Guerrilha do Araguaia. O corpo de Maria Lúcia Petit, sua irmã, foi localizado em 1991, envolto num tecido de paraquedas.
- 2 Criméia Almeida**
Ex-guerrilheira do Araguaia, foi presa e torturada grávida de sete meses. É autora de ações judiciais que condenaram o Estado por não se esforçar por localizar os desaparecidos na ditadura.
- 3 Lorena Barroso**
Irmã de Jana Moroni Barroso, assassinada e desaparecida no Araguaia. Atua com outros familiares nas mobilizações para cobrar do Estado informações sobre o paradeiro das vítimas do regime militar.
- 4 Diva Santana**
Irmã de Dinaelza Santana e cunhada de Wandick Coqueiro, ambos desaparecidos na guerrilha. Diva é uma das precursoras na luta por esclarecimentos e localização dos corpos desses militantes. Participou pessoalmente de busca em possíveis covas na região do Araguaia. Integrou a Comissão de Mortos e Desaparecidos.
- 5 Maria Eliana de Castro Pinheiro**
Tem um irmão, Antônio Theodoro de Castro, morto na guerrilha e cujo paradeiro é desconhecido até hoje. Atuante nas mobilizações de cobrança do Estado.
- 6 Victoria Grabois**
Viveu na clandestinidade e perdeu na Guerrilha do Araguaia o pai (Maurício Grabois), o irmão (André Grabois) e o marido (Gilberto Olímpio). Todos desaparecidos até hoje. Dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio e autora de ações contra o Estado.

...”

Mulheres que, ainda hoje, mesmo num governo que apoiam, precisam exhibir faixas cobrando ações e o cumprimento de medidas judiciais de vinte anos atrás, que determinam a busca por esses militantes políticos. Mulheres que dedicaram suas vidas, quase unicamente, a esse propósito, de poder enterrar com dignidade o familiar morto na juventude e que lutou pela volta da democracia ao país.”

Evandro Éboli
Maio 2024

1. Apresentação:

Na semana de 20 à 24 de maio de 2024, na ocasião da vinda da Corte Interamericana de Direitos humanos ao Brasil, os familiares das vítimas do estado no período da Ditadura empresarial militar no Brasil realizaram uma série de agendas de incidências pela reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo cumprimento das sentenças e condenações que se arrastam na justiça há décadas.

O objetivo desse documento é socializar entre os familiares que não puderam estar presentes os desdobramentos dos esforços coletivos empenhados para as incidências realizadas.

Vale ressaltar que as ações foram planejadas e preparadas nas reuniões mensais convocadas desde fevereiro nos grupos de whatsapp dos familiares, comite de lutas pela retomada da CMDP e filhos e netos . A partir das deliberações construídas nessas reuniões a Coalizão Brasil por Memória , Verdade, Justiça e Reparação elaborou e encaminhou ofícios para diversos órgãos de estado pautando agendas e audiências para atendimentos da delegação de familiares que estariam em Brasília.

A delegação dos familiares foi constituída conforme a disponibilidade em se fazer presente e custear as próprias despesas de deslocamento e acomodação.

Deixamos nossos agradecimentos aos familiares que na impossibilidade de se fazer presente, auxiliaram contribuindo com apoio logístico , acompanhamento e ou contribuições financeiras.

Delegação:

Diva Santana , Maria Eliana Castro , Iara Xavier Pereira , Jana de Sá , Waldomiro Antônio de Campos Batista , Gilney Amorim Viana , Lorena Moroni Girão Barroso, Maria Cristina de Almeida Batista .

2. Agenda consolidada:

Dia 1 | 20/05/2024

10h00 | Pastora Romy - Conselho Mundial das Igrejas

11h00 | Sindicato dos Bancários DF
Asa Sul Eqs 314/315 BL A - Asa Sul, Brasília - DF, 70383-400

16h00 | Sindicato dos professores do DF - Leticia
SaiG, Quadra6, 2260, Brasília, DF , Cep. 70610-460

19h00 | Lançamento do livro por trás das chamadas – Nilmário Miranda
Esplanada dos Ministérios

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)

Durante a reunião, a importância da memória, verdade e justiça para o avanço democrático foi destacada.

Os familiares lembraram que, apesar do compromisso do presidente Lula de reinstalar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, não houve avanços concretos até o momento. O Brasil enfrenta várias sentenças internacionais exigindo o direito à memória, verdade, justiça e reparação às vítimas de violações de direitos humanos. A secretária-geral do CONIC, pastora Romi Bencke, assegurou que a entidade enviará um ofício à Presidência da República exigindo a reinstalação da comissão.

Romi ressaltou que a luta por memória, verdade e justiça continua sendo uma prioridade para o CONIC e todas as entidades engajadas nesta causa, visando um Brasil mais justo e democrático. Ela ficou, ainda, de levar essa agenda para o Conselho Nacional de Participação Popular, presidido por Lula.

Sindicato dos Bancários DF

Durante esta reunião, foi estabelecido um compromisso de apoio político, acompanhamento nas agendas da semana e confecção de faixas para as manifestações. Este suporte é visto como fundamental para dar visibilidade à causa e pressionar as autoridades competentes.

Sindicato dos Professores

Encontro com a diretoria colegiada dos professores. A diretoria ficou de verificar a melhor forma de prestar apoio à mobilização, demonstrando solidariedade à luta por memória, verdade e justiça. Este apoio poderá se concretizar em futuras ações e participação ativa nas atividades programadas para a semana.

Dia 2 | 22/05/2024

9h00 | Marcha dos Trabalhadores
Concentração na Funarte até o palácio do planalto

10h00 | Secretaria Geral da presidência – Candido Hilário (Bigode)
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar – Brasília

14h00 | Encontro com a bancada do Pcdob na Câmara dos Deputados

16h30 | Reunião da Comissão de Participação Legislativa com Deputado Glauber Braga
Apresentação da pesquisa sobre desaparecimentos Forçados.
Local: Plenário 3 - Câmara dos Deputados

Marcha dos Trabalhadores

A Marcha da Classe Trabalhadora reuniu, milhares de pessoas, movimentos sindicais e sociais de todo país, em Brasília. O objetivo do ato foi apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao



Congresso Nacional uma agenda que garanta pleno emprego, melhores salários e desenvolvimento econômico e social para o país.

As agendas do dia anterior com o sindicato dos bancários e dos professores, garantiu visibilidade a luta dos familiares, que receberam duas faixas com a agenda da reinstalação da comissão sobre mortos e desaparecidos políticos.

Secretaria Geral da presidência

Reunião com Coordenador Geral de Informações da Secretaria Nacional de Relações Político-sociais – Candido Hilário (Bigode), Marco Antonio Riechelmann Junior, Assessor Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandovski e Joarez, Assessor do Bigode.

Pelos familiares, estiveram presentes: Diva Santana , Maria Eliana Castro , Iara Xavier Pereira , Waldomiro Antônio de Campos Batista , Gilney Amorim Viana , Lorena Moroni Girão Barroso, Maria Cristina de Almeida Batista , Mercês Castro e familiares de José Porfírio.

Os familiares começaram fazendo um histórico da extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e das várias iniciativas para reinstalação desta. Gilney falou sobre a necessidade de readequação da Comissão para alcançar também os milhares de camponeses atingidos. Lorena acrescentou que também os indígenas ficaram fora das atividades da Comissão.

Diva apresentou duas reivindicações principais, a reinstalação da Comissão e cumprimento das sentenças interna e da CIDH. Inicialmente foi levantada a necessidade de do normativo da Comissão, porém em comum acordo, preferiu-se deixar essa adequação para um segundo momento, devendo o foco inicial ser a reinstalação da Comissão.

Lorena relatou o histórico da luta dos familiares, ressaltando a importância das mães na obtenção das informações sobre o Araguaia e informando das várias “desculpas” dadas pelos governos para não atendimento às nossas reivindicações.

Bigode falou da dificuldade que o governo tem, inclusive dentro do próprio governo, para levar adiante essa questão e que tem tentado formar um grupo de aliados para viabilizar a reinstalação da Comissão, mediante pressão junto à Casa Civil.

Iara informou que já em março deste ano o Ministro Silvio havia mandado o parecer para a Casa Civil, mas que esta determinou o retorno para “aperfeiçoamento” do parecer, o que foi feito. Após, o Ministro da Casa Civil pediu parecer para Ministro da Justiça, STM e Ministro da Defesa. Atualmente o novo parecer encontra-se novamente na Casa Civil.

O representante do Ministro da Justiça indicou que o parecer daquele Ministério seria pela reinstalação e que levaria todo o relatado para o Ministro, para estabelecerem uma estratégia para que isso acontecesse.

Encontro com a liderança do Pcdob na Câmara dos Deputados

Presentes: Lorena Moroni Girão Barroso, Diva Santana, Dep. Jandira Fegalli, Dep. Alice Portugal, Dep. Daniel Almeida, Dep. Márcio Jerry, o assessor Marcos Pires Lima e o chefe de gabinete da liderança do Pcdob na Câmara Augusto Madeira.

Após relato dos familiares a deputada Alice Portugal se prontificou a entrar em contato com a reitora da UNB Márcia para discutir sobre os remanescentes ósseos que estão na HUB.



Comissão de Legislação Participativa



Debate sobre o documentário Desova, que aborda os "desaparecimentos forçados".

O evento foi proposto pelo presidente da comissão, deputado Glauber Braga (Psol-RJ). O encontro abordou a prática do desaparecimento forçado, ou seja, do homicídio doloso seguido de ocultação/destruição de cadáver, que vem se tornando uma prática cada vez mais recorrente, em todas as unidades federativas.

O Deputado ressaltou que, apesar de ser signatário de tratados internacionais sobre o assunto, o Brasil não tipificou o crime de desaparecimento forçado. O debate, segundo Glauber, pode "apontar o conjunto de políticas públicas que precisam ser construídas, apoiadas e fortalecidas a fim de se superar esse mal que vem assolando uma parcela crescente da população".

Anunciada a presença dos familiares, Diva e Lorena foram convidadas a fazer uma fala, e emocionadas pela identificação das dores das famílias da atualidade e as vividas há 5 décadas por mães, irmãs, filhas, sobrinhas e netas dos desaparecidos políticos.

O deputado colocou a comissão legislativa de participação a disposição dos familiares para realização de audiências públicas e de acolhimento da luta por memória, verdade e justiça.

Fala Diva e Lorena:

https://www.instagram.com/reel/C7SpVe_pxIT/?igsh=MWtwajNONTR5bHZpdA==

Lançamento do livro 'EU SÓ DISSE MEU NOME', de Camilo Vannuchi

Apesar da agenda intensa os familiares também estiveram presentes no lançamento do livro de Camilo Vannuchi, que conta a história de Alexandre Vannuchi.

Dia 3 | 23/05/2024

8h30 | Audiência privada com a Corte Interamericana de Direitos Humanos

Local: Será repassado apenas para familiares do Araguaia pelo CEJIL

15h00 | Reunião Ministério Direitos Humanos e Cidadania

Gabinete do Ministro Silvío de Almeida

Edifício Multi Brasil, SAUS quadra 5, Bloco A, Lotes 09/10 - Asa Sul - Brasília, 1º andar.

Audiência privada com a Corte Interamericana de Direitos Humanos

Presentes: Victoria Grabois, Crimeia Alice Almeida, Diva Santana, Eliana Castro, Mercês Castro, Lorena Girão Barroso, Laura Petit.

Em reunião com representantes do governo e familiares de vítimas da ditadura, integrantes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) cobraram do Estado ações para o cumprimento da sentença judicial de 2010 que determina busca e identificação dos desaparecidos pelos militares durante os 21 anos de regime de exceção no Brasil. Foi cobrada também, como parte da decisão, a reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A reunião, que ocorreu na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegou a ser interrompida porque os juizes da CIDH foram ao Palácio do Planalto se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O cumprimento da sentença foi um dos assuntos da conversa.

Também participaram do encontro no CNJ dirigentes do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejiil), uma organização dos direitos humanos, e diversos representantes de órgãos do governo. A reunião foi fechada.

Em nome da CEMDP, dos familiares e como cô-peticionárias do caso Gomes Lund x Estado Brasileiro falaram Laura Petit e Criméia Alice Almeida.

Representando o grupo Tortura Nunca Mais /RJ e também como copeticionária Vitória Grabois.

Essa foi a terceira audiência de segmento da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA referente a sentença do Araguaia. A corte deve emitir nota oficial sobre a reunião e providencias.

Ministério Direitos Humanos e Cidadania

Presentes: Mariana Basso Lacerda - Chefe de gabinete, Caio Cateb – MDHC, Diva Santana, Maria Eliana Castro, Iara Xavier Pereira, Mercedes Castro, Lorena Girão Barroso.

As familiares se reuniram com a chefe de gabinete Mariana Basso e assessor Caio Cateb, que se colocaram a disposição para auxiliar nos encaminhamentos para cumprimento da decisão judicial, que define a instalação de um grupo de trabalho que irá, entre outras missões, trabalhar na identificação de um conjunto de 28 ossadas, que estão acomodadas na Universidade de Brasília (UnB).

Entenda a sentença da primeira vara do DF:

https://drive.google.com/file/d/1FM7z81LV9nO_efSiYkd_RHhimA3HSO9G/view?usp=sharing

Dia 4 | 24/05/2024

15h00 | AGU – Advocacia Geral da União

Local: SAUS, Quadra 03, Lotes 5/6, Ed. Sede da AGU, 14º andar, sala 1418, Brasília, DF

Presentes: Dr. Júnior Fideles - Adjunto do AGU, Nadine Tuane Henn- Assessora, Dr. Boni de Moraes Soares- Procurador Nacional PNAI/PGU, Diva, Iara.

Recebemos ligação da AGU, solicitando um diálogo com os familiares dia 23 e avaliamos que seria importante atender ao chamado.

No encontro Dr. Fidelis relatou que a AGU foi favorável a reinstalação da comissão especial e que emitiu parecer nesse sentido, não havendo nada que desfavoreça a assinatura do decreto ou a anulação da extinção assinada pelo ex-presidente e reedição da comissão.

Afirmou ainda que a AGU, pretende trabalhar para garantir os direitos dos cidadãos defendendo uma agenda de conciliação entre o estado e as petições que chegam a pasta.

Os familiares foram recebidos com acolhimento e conseguiram sensibilizar os presentes sobre a importância de buscar solução para as pautas apresentadas.

Dia 5 | 29/05/2024 – Ministério Público Federal

15h00 | online

Presentes: Dr. David Hertz Moraes Pontes (PR.DF), Dr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes - PR (PR.DF), Diva Santana, Maria Eliana Castro, Iara Xavier Pereira, Jana de Sá, Marta Costta.

Na impossibilidade de conciliação das agendas durante a estada dos familiares em Brasília, Dr. Anselmo propôs encontro virtual para discutir os encaminhamentos para cumprimento da sentença emitida pela primeira vara federal do DF.

Relatou que a sentença deve ser cumprida e que podemos solicitar ao juiz a execução da mesma sob pena de multa diária, que agora responsabiliza o CPF de quem não cumpre, que seriam Nilmário Miranda, Silvio de Almeida pelo MDHC e o presidente Lula pelo estado.

Com objetivo de buscar avanços conciliatórios, sugeri que inicialmente criemos um grupo de whatsapp composto por : Dr. David Hertz Morais , Dr. Anselmo Henrique Cordeiro, Ivan Marx, Helena do CEJIL, Nilmário Miranda e familiares , para avançarmos de forma amigável na criação do Grupo de trabalho que atenda o que determina a primeira vara.

Caso essa medida não apresente resultados concretos propoe nova reunião do dia 12/06/2024 às 14h00, para que possamos decidir os próximos passos.

3. Repercussão na mídia & Imprensa

20/01/2024 | Uol – coluna Jamil Chade

Link matéria: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/05/20/sem-acao-sobre-ditadura-brasil-sera-denunciado-por-corte-interamericana.htm>

O Brasil será denunciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por descumprir a sentença que obrigou o estado brasileiro a buscar os mortos e desaparecidos na ditadura militar (1964-1985). Uma audiência marcada para o dia 23 de maio, em Brasília, está causando constrangimento no governo que, apesar das repetidas promessas, jamais restabeleceu a Comissão de Mortos e Desaparecidos. Se até lá medidas não forem tomadas, membros do próprio Executivo já admitem que haverá uma decisão que deixará o país numa situação complicada diante dos organismos internacionais.

A obrigação do estado de agir constava de decisões tomadas há mais de uma década por parte da mesma Corte e que condenaram o Brasil pela ação do estado durante a repressão. A sessão promete lidar com diversos temas. Mas vai examinar o cumprimento da sentença, e se o Estado retomou as buscas dos mortos e desaparecidos na ditadura.

Esse era um trabalho que deveria ser realizado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos que havia sido criada em 1995. Mas, nos últimos dias do governo de Jair Bolsonaro, ela foi suprimida

Pressionado pela sociedade civil, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva passou a debater o restabelecimento do órgão, que conta com a forte oposição do Exército. O Executivo tentou, de todas as formas, adiar qualquer gesto nesta direção, criando uma decepção entre defensores de direitos humanos. A ordem do presidente de manter, oficialmente, o governo em silêncio na data dos 60 anos do golpe ampliou a indignação entre os sobreviventes, parentes de pessoas mortas, ONGs e ativistas.

Mas, agora, a inação promete criar um problema legal ao estado brasileiro.

A decisão de realizar a sessão da Corte no Brasil ocorreu por um convite do STF. E a Corte, discricionariamente, resolveu pautar a supervisão da sentença do Araguaia e dos demais casos envolvendo a ditadura.

A previsão é de que a Corte emita uma resolução sobre o grau de cumprimento por parte do Brasil. Na pior das hipóteses, ela poderá constatar que o Brasil estaria "em desacato" em relação à sentença e isso ser incluído no relatório da Corte que é enviado à Assembleia Geral da OEA.

Ainda que isso não represente nenhum tipo de medidas concretas contra o Brasil, o gesto promete causar um constrangimento internacional, principalmente para um governo progressista e que assumiu o poder depois da gestão de um presidente que negava a existência sequer de um golpe de Estado, em 1964.

Em documentos internos, a Corte destaca que vai lidar com a decisão de 24 de novembro de 2010, no caso Gomes Lund ou da condenação recebida pelo estado sobre a Guerrilha do Araguaia.

Naquelas decisões, o estado brasileiro foi declarado responsável pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal de 62 pessoas desaparecidas da Guerrilha do Araguaia, dentre outras violações.

Agora, a Corte espera receber "informação atualizada e detalhada do Estado e as observações dos representantes das vítimas e da Comissão Interamericana sobre o cumprimento das seguintes medidas de reparação".

O problema, segundo fontes do próprio governo, é que essas medidas não saíram do papel.

A Corte havia estipulado que:

O Estado deve conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja.

O Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vitimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares.

O Estado deve oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vitimas requeiram

O Estado deve adotar as medidas necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas conformidade com os parâmetros interamericanos.,

O Estado deve continuar desenvolvendo as iniciativas de busca. sistematização e publicação de toda a informação sobre a Guerrilha do Araguaia, assim como da informação relativa a violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

Essas não foram as únicas medidas não cumpridas pelo Brasil. Na condenação do estado diante da morte de Vladimir Herzog, o Brasil ainda não atendeu ao que foi determinado pela Corte. O estado publicou a sentença no Diário Oficial, mas não houve ainda o pagamento de uma indenização à família e nem um reconhecimento pela morte do jornalista.

20/05/2024 | Correio Braziliense

Familiares voltam a pressionar governo por Comissão dos Desaparecidos
Parentes de perseguidos e mortos pelo regime militar têm agenda extensa nesta semana, com governo, MPF e até CIDH

Link da matéria: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/05/6861021-familiares-voltam-a-pressionar-governo-por-comissao-dos-desaparecidos.html>

ações Q CORREIO BRAZILIENSE Política Familiares voltam a pressionar gover



A sentença determinou que o Estado é responsável pelo sumiço de 62 brasileiros - (crédito: Mayara Souto/CB/DA.Press)

Familiares de vítimas da ditadura programaram uma ofensiva nesta semana para pressionar o governo a reinstalar a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no fim do governo de Jair Bolsonaro. Os parentes dos perseguidos pelo regime militar tentam uma agenda no Palácio do Planalto, devem ser recebidos no Ministério dos Direitos Humanos e vão realizar uma audiência pública no Congresso Nacional. Na agenda de mães, irmãs e mulheres dessas vítimas dos agentes da repressão está também uma reunião fechada com representantes da Comissão Interamericana

de Direitos Humanos (CIDH), que é vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA). A CIDH condenou o Brasil, em 2010, pelos crimes cometidos pelo regime no episódio da guerrilha. A sentença determinou que o Estado é responsável pelo sumiço desses 62 brasileiros.

Está prevista ainda um encontro com representantes do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, que já emitiu uma sentença condenando o Estado brasileiro pelo desaparecimento de mais de 62 opositores da ditadura que atuaram na Guerrilha do Araguaia, episódio que ocorreu entre 1972 e 1974. Em nota, esse grupo de familiares que estão em Brasília exige ações concretas do governo e batizou esta como uma "semana de luta" para o cumprimento das sentenças que cobram providências sobre a busca e tentativa de localização desses desaparecidos, "para promover o sepultamento condigno desses corpos" e também pelo retorno da Comissão de Mortos e Desaparecidos, órgão que atuava nessa finalidade.

"A reinstalação da comissão vem sendo protelada pelo governo do presidente Lula (PT) para evitar tensão com os militares. Para os familiares, a falta de progresso na busca por restos mortais e na divulgação de informações sobre a Guerrilha do Araguaia é um reflexo do descaso do Estado", diz a nota dos familiares.

20/05/2024 | Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Link matéria: <https://conic.org.br/portal/conic/noticias/conic-recebe-familiares-de-vitimas-da-ditadura-militar-em-semana-de-mobilizacao>



CONIC recebe familiares de vítimas da Ditadura Militar em Semana de Mobilização

Na manhã desta segunda-feira, 20 de maio, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) acolheu familiares de vítimas da ditadura militar. A visita integra a Semana de Mobilização para o marco de seis décadas do Golpe Militar, cujo objetivo é pressionar o governo brasileiro a reinstalar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, extinta em 2022 durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A reinstalação

desta comissão é vista como essencial para o fortalecimento da democracia no país.

A memória, a verdade e a justiça são pilares fundamentais para o avanço democrático no Brasil. Sem recordar as violências repressivas do Estado e identificar os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos, não é possível promover direitos e justiça de forma plena. Muitas famílias ainda aguardam o direito de enterrar seus entes queridos, desaparecidos durante a ditadura, sem saber onde estão ou em que circunstâncias foram mortos.

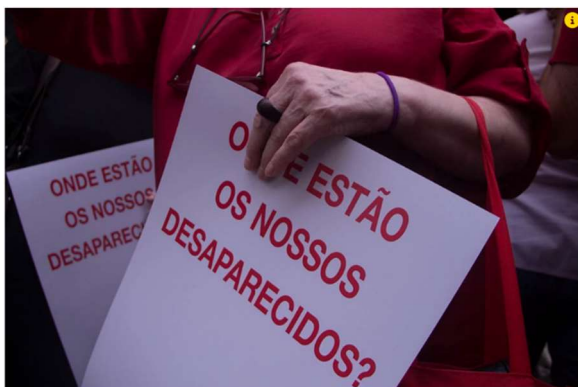
Apesar do compromisso do presidente Lula de reinstalar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, ainda não houve avanços concretos nesse sentido. O Brasil enfrenta várias sentenças internacionais que exigem o direito à memória, verdade, justiça e reparação às vítimas de violações de direitos humanos. A secretária-geral do CONIC, pastora Romi Bencke, garantiu que a entidade enviará um ofício à Presidência da República exigindo a reinstalação da comissão.

A Semana de Mobilização inclui visitas ao Ministério Público Federal e ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, reuniões no Congresso Nacional, encontros com os presidentes das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, e na Comissão da Anistia. Além disso, busca apoio de organizações não-governamentais e movimentos populares.

A luta pela memória, verdade e justiça continua sendo uma prioridade para o CONIC e todas as entidades engajadas nesta causa, visando um Brasil mais justo e democrático.

23/05/2024 | Pública – coluna Rubens Valente

Link matéria: <https://apublica.org/2023/03/familiares-de-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura-pedem-a-retomada-de-comissao/>



Familiares de mortos e desaparecidos vão denunciar Estado brasileiro à Corte da OEA

Organizações não governamentais de direitos humanos e de familiares mortos e desaparecidos na ditadura civil militar (1964-1985) deverão denunciar nesta quinta-feira (23) o Estado brasileiro por descumprimento de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). As entidades vão participar de uma audiência fechada em Brasília

com juízes do tribunal, que estarão no Brasil até o próximo dia 29.

Em novembro de 2010, a Corte sediada na Costa Rica condenou o Estado brasileiro a localizar e identificar os mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, ocorrida nos anos 1970 nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, entre diversas outras medidas, como a responsabilização dos agentes do Estado pelos crimes contra os direitos humanos.

Participarão da audiência, marcada para ocorrer às 8h30 no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), representantes do CEJIL (Centro pela Justiça e Direito Internacional), do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo. Pelo lado do governo, deverão participar representantes do Itamaraty, da AGU (Advocacia Geral da União), do MDH (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e do MJSP (Ministério da Justiça e da Segurança Pública).

No final do seu governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro extinguiu a CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), criada em 1995. Desde que assumiu a Presidência, em janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também não reativou a CEMDP, provocando indignação entre familiares de mortos e desaparecidos – os quais Lula também não recebeu em audiência, conforme a Agência Pública demonstrou em março passado

23/05/2024 | Correio Braziliense – Evandro Eboli

Link: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/05/6863387-cidh-cobra-do-governo-reinstalacao-da-comissao-de-desaparecidos.html>

CIDH cobra do governo reinstalação da Comissão de Desaparecidos

Integrantes da Corte se reuniram com representantes dos ministérios e também com o presidente Lula; familiares de vítimas da ditadura elogiaram o resultado do encontro e saíram otimistas sobre retomada da busca das ossadas



Em reunião com representantes do governo e familiares de vítimas da ditadura, integrantes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) cobraram do Estado ações para o cumprimento da sentença judicial de 2010 que determina busca e identificação dos desaparecidos pelos militares durante os 21 anos de regime de exceção no Brasil. Foi cobrada também, como parte da decisão, a reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no final do

governo de Jair Bolsonaro.

A reunião, que ocorreu na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegou a ser interrompida porque os juízes da CIDH foram ao Palácio do Planalto se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O cumprimento da sentença foi um dos assuntos da conversa.

Também participaram do encontro no CNJ dirigentes do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejil), uma organização dos direitos humanos, e diversos representantes de órgãos do governo. A reunião foi fechada.

Familiares que estiveram no encontro elogiaram o resultado. Uma das autoras da ação que condenou o Estado a promover ações pela localização das vítimas da Guerrilha do Araguaia, episódio de resistência à ditadura que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 nas matas do Maranhão, Pará e Tocantins, Victória Grabois saiu satisfeita da reunião e afirmou ser a mais produtiva desde a sentença judicial.

"O balanço positivo. Essa foi a terceira audiência desde a decisão do caso, em 2010, e para mim foi a mais proveitosa, foi bastante produtiva para os familiares. Não tenho mais expectativa. Saí contente daqui. Se vai ter encaminhamento, vou ficar feliz. Nem espero mais nada. Não sou pessimista, se não nem estaria aqui. Sou uma otimista crítica. Faço tanta coisa. Mas não saí frustrada", disse Victória, que tem três familiares desaparecidos na guerrilha: o pai, Maurício Grabois, o irmão, André Grabois, e o marido, Guilherme Olimpio.

Lorena Girão Barroso, irmã de Jana Moroni Barroso, assassinada e desaparecida na guerrilha, também esteve no encontro e afirmou que, apesar das esperanças se apagarem com o tempo, viu nos representantes do governo um menor ranço autoritário, se comparado com reuniões semelhantes no passado.

"Acho que essa nova geração, e a própria orientação do governo sobre os crimes da ditadura, deu à AGU (Advocacia-Geral da União) uma nova forma de encarar esses delitos. Já não é aquela coisa de defender a União a qualquer preço. Agora é mais humanizado, digamos assim. E, assim, os argumentos para impedir o cumprimento da sentença vão caindo por terra", disse Lorena Barroso.

Helena Rocha, co-diretora do Programa Brasil e Cone Sul do Cejil, relatou que foi cumprido o objetivo de demonstrar à CIDH que o Estado brasileiro não está cumprindo a sentença judicial.

"Conseguimos apresentar para a Corte o estado de descumprimento da sentença e ao mesmo tempo houve reconhecimento da urgência de algumas temáticas, como os danos irreparáveis da não identificação dos remanescentes ósseos sob tutela do Estado, a recriação dos espaços de localização de pessoas desaparecidas, como a Comissão de Mortos e Desaparecidos e o Grupo de Trabalho (GT) do Araguaia, e o posicionamento do Poder Judiciário de entendimento adequado da Lei de Anistia",

Criméia Almeida, também uma das autoras da ação, atuou na Guerrilha do Araguaia, foi presa e torturada grávida de sete meses pela ditadura.

Ela comentou o resultado da reunião com a CIDH. "A reunião foi a melhor que participei, sobre avaliação do cumprimento da sentença. E esperamos que tenha sequência, porque até agora está tudo a mesma coisa", disse.

23/05/2024 | Pcdob na Camara

A bancada do PCdoB na Câmara recebeu representantes que integram o grupo de familiares de mortos e desaparecidos políticos em nosso país. Diva e Lorena trouxeram aos parlamentares reivindicações dos familiares dos mortos desaparecidos políticos pela ditadura militar, entre eles a reedição da Comissão



Especial Sobre os Desaparecidos Políticos, que é o único instrumento oficial que as famílias têm para resgatar e saber como os seus parentes morreram. "Essa cobrança é pelo resgate da memória, da verdade, da justiça, reparação e democracia, é uma luta", disse Diva. O líder Márcio Jerry ressaltou a importância deste debate para que o Brasil possa conhecer essa verdade, conhecer a sua própria história e haver justiça.

27/05/2024 | Correio Braziliense – Evandro Eboli
Jornal impresso

Correio Braziliense • Brasília, segunda-feira, 27 de maio de 2024 • Política • 3

DIREITOS HUMANOS / Em decorrência das violações praticadas nos tempos de chumbo, que completaram seis décadas, familiares de desaparecidos seguem em busca do paradeiro de seus parentes, mortos pelos agentes da repressão

50 anos de busca sem respostas

• EVANDRO ÉBOLI

A ditadura militar completou 60 anos e, como decorrência das atrocidades e violações que cometeu, faz cinco décadas que mães, irmãs, mulheres e filhas de vítimas da truculência do regime batem à porta do Estado e cobram pelo paradeiro de seus entes, todos mortos pelo regime de exceção e que estão desaparecidos até hoje.

Na incansável e obstinada luta por notícias sobre a localização desses corpos, e também as circunstâncias em que ocorreram os crimes, esses familiares passaram a semana em Brasília, numa agenda extensa. O **Correio** acompanhou as atividades do grupo.

São mulheres que ainda hoje, mesmo num governo que apoia, precisam exibir faixas cobrando ações. Diva Santana é das precursoras dessa luta. Na Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência da luta armada e exterminado pelos militares, ela perdeu a irmã, Dinaelza Santana, e o cunhado, Wandick Coqueiro. Desde a década de 1980, Diva já participou de busca das ossadas naquela região do norte do país e viu equipes abrir covas onde poderiam estar não só seus parentes, mas também familiares

de companheiras dessa luta. A militante dos direitos humanos integrou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no final do governo de Jair Bolsonaro e cuja medida de sua reinstalação está parada no Palácio do Planalto.

"Quase todas as mães já se foram sem saber como os filhos morreram e onde foram sepultados. Isso é um crime que não vem de hoje. Como cidadã, fico envergonhada com tanto tempo sem respostas", contou Diva Santana, que consideroupositiva o encontro com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Victória Grabois é dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio. Atuou contra a ditadura, viveu na clandestinidade e procura até hoje notícia sobre três familiares eliminados pelos militares no Araguaia. Estão desaparecidos seu pai (Maurício Grabois), o irmão (André Grabois) e o marido (Gilberto Olímpio). É também autora de uma ação, de duas décadas, que determinou ao Estado adotar providências para localizar as vítimas dos militares.

"São 50 anos de desaparecimento. Essa audiência dessa semana é a terceira que participo para que se obrigue o Estado a cumprir essas sentenças.

Mãe, irmã, mulher e filha da resistência à ditadura



1 Laura Petit

Desde os anos 1970 tenta localizar os restos mortais de dois de seus três irmãos (Jaime e Lúcio) que atuaram na Guerrilha do Araguaia. O corpo de Maria Lúcia Petit, sua irmã, foi localizado em 1991, envolta num tecido de paraquedas.

2 Criméia Almeida

Ex-guerrilheira do Araguaia, foi presa e torturada grávida de sete meses. E autora de ações judiciais que condenaram o Estado por não se esforçar por localizar os desaparecidos na ditadura.

3 Lorena Barroso

Irmã de Jana Moroni Barroso, assassinada e desaparecida no Araguaia. Atua com outros familiares nas mobilizações para cobrar do Estado informações sobre o paradeiro das vítimas do regime militar.

4 Diva Santana

Irmã de Dinaelza Santana e cunhada de Wandick Coqueiro, ambos desaparecidos na guerrilha. Diva é uma das precursoras na luta por esclarecimentos e localização dos corpos desses militantes. Participou pessoalmente de busca em possíveis covas na região do Araguaia. Integrou a Comissão de Mortos e Desaparecidos.

5 Maria Eliana de Castro Pinheiro

Tem um irmão, Antônio Theodoro de Castro, morto na guerrilha e cujo paradeiro é desconhecido até hoje. Atua nas mobilizações de cobrança do Estado.

6 Victória Grabois

Viveu na clandestinidade e perdeu na Guerrilha do Araguaia o pai (Maurício Grabois), o irmão (André Grabois) e o marido (Gilberto Olímpio). Todos desaparecidos até hoje. Dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio e autora de ações contra o Estado.

Foi a mais proveitosa, bastante produtiva. Até que enfim uma coisa boa neste país. Mas não tenho mais expectativa", relatou Victória ao **Correio** após o encontro dos familiares com os juizes da Corte.

A comitiva de familiares foi recebida numa reunião, no Palácio do Planalto, por um assessor pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está sendo cobrado pela reinstalação da Comissão dos Desaparecidos e que frustrou a esperança ao impedir que os 60 anos da ditadura

fossem lembrados em repartições públicas. Cândido Hilário, o representante do Planalto nesta conversa, prometeu levar ao chefe da Casa Civil, Rui Costa, a demanda do grupo.

De uma geração mais nova, a jornalista Jana Sá participou da mobilização. É autora do documentário *Não foi acidente, mataram meu pai*. Jana perdeu o pai, o ex-guerrilheiro do Araguaia Glênio Sá, num acidente de carro, em 1990. "Esta agenda em Brasília foi mais um passo em uma longa trajetória de luta

protagonizada por familiares e vítimas da violência de Estado pela efetivação dos direitos humanos e pela centralidade das pautas da memória, verdade, justiça e reparação", manifestou-se Jana Sá.

Lorena Moroni Barroso é irmã de Jana Barroso, assassinada e desaparecida na guerrilha, e deu um depoimento emocionado na Câmara, durante a semana. Também com um irmão morto na guerrilha, Antônio Theodoro de Castro, desaparecido até hoje, Maria Eliana

de Castro Pinheiro considerou proveitosa a semana e afirmou que os familiares renovaram expectativa de que essas sentenças judiciais sejam cumpridas pelo governo.

No Ministério dos Direitos Humanos, os familiares receberam a notícia de que, cumprindo uma decisão judicial, será instalado um grupo de trabalho que irá, entre outras missões, trabalhar na identificação de um conjunto de 28 ossadas, que estão acomodadas na Universidade de Brasília (UnB).

A ditadura militar completou 60 anos e, como decorrência das atrocidades e violações que cometeu, faz cinco décadas que mães, irmãs, mulheres e filhas de vítimas da truculência do regime batem à porta do Estado e cobram pelo paradeiro de seus filhos, irmãos, maridos e pais, todos mortos pelo regime de exceção e que estão desaparecidos até hoje. Buscam respostas que ainda não apareceram.

Na incansável e obstinada luta por notícias sobre a localização desses corpos, e as circunstâncias em que ocorreram esses crimes, esses familiares passaram a semana em Brasília, numa agenda extensa que envolveu uma passeata silenciosa até o Palácio do Planalto, reunião com representantes do governo, audiência com juizes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que cobrou providências do Estado, e encontros no Congresso Nacional e com entidades da sociedade civil. O **Correio** acompanhou as atividades do grupo.



Mulheres que, ainda hoje, mesmo num governo que apoiaram, precisam exibir faixas cobrando ações e o cumprimento de medidas judiciais de vinte anos atrás, que determinam a busca por esses militantes políticos. Mulheres que dedicaram suas vidas, quase unicamente, a esse propósito, de poder enterrar com dignidade o familiar morto na juventude e que lutou pela volta da democracia ao país.

Diva Santana é das precursoras dessa luta. Na Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência da luta armada e exterminado pelos militares, ela perdeu a irmã, Dinaelza Santana, e o cunhado, Wandick Coqueiro. Desde a década de 1980, Diva já participou de busca das ossadas naquela região do norte do país e viu equipes abrir covas onde poderiam estar não só seus parentes, mas também familiares de companheiras dessa luta. A militante dos direitos humanos integrou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no final do governo de Jair Bolsonaro e cuja medida de sua reinstalação está parada no Palácio do Planalto.

"As mães de desaparecidos, quase todas, já se foram sem saber como os filhos morreram e onde foram sepultados. Isso é um crime que não vem de hoje. Como cidadã, fico envergonhada com tanto tempo sem respostas. Fico participando dessas coisas, querendo lutar, e lutando, para que não ocorra mais isso, nem com os desaparecidos de ideia e nem com aqueles que são meninos pobres, da periferia e pretos", contou Diva Santana, que considerou positivo o encontro com a CIDH.

Victoria Grabois é dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio. Atuou contra a ditadura, viveu na clandestinidade e procura até hoje notícia sobre três familiares eliminados pelos militares no Araguaia. Estão desaparecidos seu pai (Mauricio Grabois), o irmão (André Grabois) e o marido (Gilberto Olímpio). É também autora de uma ação, de duas décadas, que determinou o Estado a adotar providências para localizar as vítimas dos militares.

"São 50 anos de desaparecimento. Essa audiência dessa semana é a terceira que participo para que se obrigue o Estado a cumprir essas sentenças. Foi a mais proveitosa, bastante produtiva. Até que enfim uma coisa boa nesse país. Mas não tenho mais expectativa. Saio contente, mas não sei se vai adiante. Se for, fico feliz. Não espero mais nada. Não sou pessimista, se não nem estaria aqui. Não saí frustrada, sem taquicardia e pressão normal. Estou ótima", relatou Victória ao Correio após o encontro dos familiares com os juízes da Corte.

A comitiva de familiares foi recebida numa reunião no Palácio do Planalto por um assessor pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está sendo cobrado pela reinstalação da Comissão dos Desaparecidos e que frustrou a esquerda ao impedir que os 60 anos da ditadura fossem lembrados em repartições públicas. Cândido Hilário, o representante do Planalto nesta conversa, prometeu levar ao chefe da Casa Civil, Rui Costa, a demanda do grupo.

De uma geração mais nova, a jornalista Jana Sá participou da mobilização. É autora do documentário Não foi acidente, mataram meu pai, Jana perdeu o pai, o ex-guerrilheiro do Araguaia Glênio Sá, num acidente de carro, em 1990. Glênio, mostram os documentos oficiais da repressão, era monitorado pelo regime militar até o ano de sua morte, mesmo passados onze anos após a Lei de Anistia e cinco anos

do fim da ditadura. E já ter vivido o país sua primeira eleição direta para presidente após os 21 anos de exceção, em 1989.

"Esta agenda em Brasília foi mais um passo em uma longa trajetória de luta protagonizada por familiares e vítimas da violência de Estado pela efetivação dos direitos humanos e pela centralidade das pautas da memória, verdade, justiça e reparação. Passa pela reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, pelo cumprimento das sentenças que condenam o Brasil e a reintegração da Lei de Anistia pelo STF. A memória é um espaço de disputa de poder e sempre foi instrumentalizada no Brasil como projeto de silenciamento por parte do Estado", se manifestou Jana Sá.

Lorena Moroni Barroso é irmã de Jana Barroso, assassinada e desaparecida na guerrilha, e deu um depoimento emocionada na Câmara, durante a semana.

"Tudo que a gente sabe da Guerrilha da Araguaia foi a partir da luta das mães. De onde tiraram forças, não sei. É uma morte diária toda vez que falamos desse assunto. É isso que a gente vive até hoje. As esperanças meio que vão se apagando. Mas a reunião com a CIDH e o pessoal do governo foi boa. Já não há aquela coisa de defender a União a qualquer preço. O governo, dessa vez, não tentou tapar o sol com a peneira, como anteriormente", disse Lorena Barroso.

Também com um irmão morto na guerrilha, Antônio Theodoro de Castro, desaparecido até hoje, Maria Eliana Castro Pinheiro considerou proveitosa a semana e afirmou que os familiares renovaram expectativa de que essas sentenças judiciais sejam cumpridas pelo governo.

No Ministério dos Direitos Humanos, os familiares receberam a notícia de que, cumprindo uma decisão judicial, será instalado um grupo de trabalho que irá, entre outras missões, trabalhar na identificação de um conjunto de 28 ossadas, que estão acomodadas na Universidade de Brasília (UnB).